



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
CÂMARA MUNICIPAL

---

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO  
JOUE PARA A ADJUDICAÇÃO DA:

**“Aquisição dos serviços de gestão e manutenção dos sistemas de Saneamento e  
Águas Residuais do Concelho de Vimioso para o triénio 2024-2026”**

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS**



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

---

## **Índice**

Artigo 1º – Disposições Gerais .....	3
Artigo 2º – Objectivos do Concurso .....	3
Artigo 3º - Tarefas Gerais a desenvolver pelo adjudicatário .....	4
Artigo 4º - Discriminação das tarefas específicas mínimas a desenvolver pelo adjudicatário .....	8
Artigo 5º - Rendimentos de tratamento .....	12
Artigo 6º - Continuidade/Interrupções de prestação de Serviço .....	13
Artigo 7º - Equipa de exploração.....	13
Artigo 8º - Meios de Exploração/Recursos materiais e equipamento .....	15
Artigo 9º - Controlo analítico .....	15
Artigo 10º - Análises de controlo .....	16
Artigo 11º - Lamas e outros Resíduos.....	16
Artigo 12º - Tarefas/Rotinas mínimas a efectuar .....	17
Artigo 13º - Relatórios de exploração .....	17
Artigo 14º - Fiscalização .....	18
Artigo 15º - Materiais, reposições e fornecimentos.....	18
Artigo 16º - Transição da prestação de serviços .....	19



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
CÂMARA MUNICIPAL

---

## Artigo 1º – Disposições Gerais

### 1.1 – Definições

- a) **Instalações** – Significa o conjunto de bens móveis e imóveis que integram os Sistemas de Tratamento de Águas Residuais no Município de Vimioso (ETAR's Clássicas, ETAR's Compactas, Estações Elevatórias e coletores ou condutas elevatórias a elas associadas).
- b) **Sistemas** – Significa o conjunto de instalações e órgãos associados a cada uma das Estações de Tratamento de Águas Residuais, Estações Elevatórias e colectores ou condutas elevatórias a elas associadas.

## Artigo 2º – Objectivos do Concurso

### 2.1 – Objeto do concurso

O presente concurso tem por objecto a Prestação de Serviços de Exploração e Manutenção dos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais do Município de Vimioso (inclui todas as 3 ETAR,s clássicas, todas as 25 ETAR,s compactas, todas as 15 Estações elevatórias de águas residuais e condutas a elas associadas), entendendo-se como tal o conjunto de ações destinado a garantir o funcionamento, a manutenção e a conservação desses sistemas, em todos os aglomerados do concelho de Vimioso garantindo também a rejeição de águas residuais tratadas para o meio ambiente dentro dos parâmetros legais estipulados, incluindo fornecimento de todos os materiais, mão-de-obra, viaturas e equipamentos, reagentes, controlo analítico e demais que sejam necessários para uma perfeita e completa prestação do serviço, à exceção dos custos de energia eléctrica e eventuais melhorias nas instalações que serão da responsabilidade do Município de Vimioso.



**MUNICÍPIO DE VIMIOSO**  
CÂMARA MUNICIPAL

---

**Artigo 3º - Tarefas Gerais a desenvolver pelo adjudicatário**

3.1 – Explorar todos os sistemas de Tratamento de Águas residuais e Estações Elevatórias, colectores ou condutas Elevatórias a elas associadas, do Município de Vimioso, de forma permanente, alcançando graus de tratamento que correspondam, no mínimo, ao imposto pela legislação em vigor a cada momento.

3.2 – Executar todos os trabalhos de manutenção e conservação necessários ao perfeito estado dos elementos de construção civil afectar aos sistemas;

3.3 – Executar todos os trabalhos de manutenção e conservação dos equipamentos metalomecânicos e electromecânicos, instalações eléctricas e instrumentação e condutas afetas aos sistemas.

3.4 – Reparar ou substituir todos os elementos deteriorados pelo uso normal ou por deficiente condução das instalações, incluindo-se a substituição de equipamentos, quer tal seja necessária por mau uso ou por fim de vida útil dos mesmos.

3.5 – Adquirir, armazenar e utilizar todos os materiais, reagentes, consumíveis e utilitários ou outros serviços necessários à operação e manutenção das instalações.

3.6 – Estabelecer um registo de dados processuais que permitam a análise do funcionamento dos equipamentos e/ou órgãos das diversas captações elevatórias e estações de tratamento.

3.7 – Estabelecer o registo de informações resultantes das inspecções periódicas aos equipamentos, instalações eléctricas e manutenção de forma a criar um ficheiro de dados que apoie os serviços de conservação e manutenção daqueles equipamentos e instalações.



**MUNICÍPIO DE VIMIOSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

---

3.8 – Assegurar um perfeito estado de limpeza no interior das instalações e circulações existentes, garantindo simultaneamente que as pinturas das instalações e dos equipamentos se mantenham em bom estado.

3.9 – Manter em bom estado de conservação todos os elementos anexos às instalações de tratamento e elevação, nomeadamente arruamentos, ajardinamentos, edifícios de apoio à exploração, redes água e esgotos, redes de energia eléctrica e de drenagem de águas residuais, e quaisquer outros existentes no interior das instalações que constituem os sistemas a concurso.

3.10 – Manter um espaço aberto ao público, na sede de concelho, durante o horário normal de trabalho do Município de Vimioso, que possa acolher os serviços administrativos e permita o armazenamento de equipamentos, ferramentas e consumíveis.

3.11 – Manter no activo o número mínimo de técnicos, operadores ou outros funcionários, constantes na proposta técnica, cujos mínimos são definidos no presente Caderno de Encargos.

3.12 – Manter em perfeito estado todas as instalações de controlo, informação e automatismo dos sistemas.

3.13 – Efectuar o transporte e depositar em local legalmente permitido as areias, lamas, vasilhame e restos de produtos de tratamento e outros resíduos provenientes da exploração dos sistemas, bem como garantir um encaminhamento legal dos resíduos produzidos.

3.14 – Comunicar à entidade adjudicante a chegada de águas contendo substâncias perturbadoras ou inibidoras dos processos de tratamento, com a indicação das medidas a tomar para evitar que a situação se repita.

3.15 – Fazer o controlo analítico previsto para águas residuais no Decreto-Lei n.º 152/97, 19 de Junho (alterado por Decretos-Lei n.º 348/98, 261/99, 172/2001, 149/2004, 198/2008, 133/2015), no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, ou outros que os possam vir a substituir e/ou nas licenças de descarga das ETAR'S respectivas, ou outro normativo que o venha alterar ou substituir,



**MUNICÍPIO DE VIMIOSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

---

comunicar os resultados ao Município de Vimioso e, em seu nome, a todas as entidades a que por força da lei tenham esses resultados que ser comunicados.

3.16 – Fazer todas as comunicações obrigatórias por lei, em nome do Município de Vimioso, às entidades que intervenham no âmbito da Drenagem e Tratamento de Águas Residuais, nomeadamente Volumes de Águas Tratadas, Qualidade da Água Tratada, quantidades de caudais, controlo analítico, destinos dos resíduos produzidos em especial o destino de lamas resultantes do processo de tratamento.

3.17 – Facultar o acesso e acompanhar a entidade adjudicante, ou quem esta indicar, em visitas às instalações, bem como às entidades oficiais que tenham competência para o efeito.

3.18 – Respeitar toda a legislação e regulamentação em vigor actualmente, ou outra que venha complementar ou substituir no prazo de vigência do contrato, nomeadamente proceder às renovações dos licenciamentos das ETAR,s cuja validade caduque no período de vigência do contrato.

3.19 – Introduzir, em nome do Município de Vimioso, nos PORTAIS/PLATAFORMAS ELECTRÓNICAS da ERSAR, da ARH, da CCDR, da APA, ou outras entidades oficiais, os dados estatísticos que, por lei, têm que lhe ser fornecidos, nomeadamente caudais de águas tratadas, relatórios de atividades e de qualidade, resultados do controlo analítico, etc...

3.20 – Respeitar as exigências de qualidade que garantam os valores paramétricos admissíveis fixados para cada substância, grupo, família ou categoria de substâncias presentes na água residual tratada.

3.21 – Respeitar as exigências de qualidade e quantidade, decorrentes da evolução populacional e do desenvolvimento socioeconómico da região, adaptando-as às exigências legais que vigorem ou venham a vigorar no prazo do contrato, bem como proceder à renovação dos licenciamentos de águas residuais que venham a caducar no mesmo período.



**MUNICÍPIO DE VIMIOSO**  
CÂMARA MUNICIPAL

---

- 3.22 – Assegurar a máxima rentabilidade dos sistemas, sem prejuízo de manter, em permanência, adequadas condições de operação.
- 3.23 – Facultar à entidade adjudicante todos os registos e documentos relativos às actividades objecto da exploração, prestando sobre eles os esclarecimentos que aquela considere necessários.
- 3.24 – Fornecer todos os elementos e informações ou dados estatísticos que lhe sejam solicitados e que se prendam com o objeto da exploração, bem como transmiti-los, por escrito ou eletronicamente, às entidades a que por lei tenham que ser comunicados, mesmo que esses dados tenham que ser obtidos no Município de Vimioso.
- 3.25 – Efetuar, a pedido da entidade adjudicante, os ensaios que permitam avaliar das condições de funcionamento e características do equipamento.
- 3.26 – Participar, previamente, à entidade adjudicante as interrupções de serviço, parciais ou totais, que tenham de se verificar ou, quando tal não seja possível, no dia útil seguinte ao da sua ocorrência, indicando em qualquer dos casos as razões justificativas das mesmas.
- 3.27 – Apresentar mensalmente o relatório das atividades desenvolvidas.
- 3.28 – Propor eventuais melhorias dos sistemas que se venha a constatar como necessárias para garantir eficiência das mesmas.
- 3.29. - Execução de relatório, no início da atividade, em que se deve inventariar todo o equipamento existente em todas as instalações, bem como, as condições atuais em que se encontram.
- 3.30 - Execução de relatório, no fim da atividade, em que se deve inventariar todo o equipamento existente em todas as instalações, bem como, as condições atuais em que se encontram (a entregar um mês antes do fim do contrato).



**MUNICÍPIO DE VIMIOSO**  
CÂMARA MUNICIPAL

---

**Artigo 4º - Descriminação das tarefas específicas mínimas a desenvolver pelo adjudicatário**

4.1 – Manter o funcionamento normal de todos os sistemas e instalações de tratamento ou elevação de Águas Residuais do Município de Vimioso (ver anexo técnico), de forma permanente e conseguindo graus de tratamento que correspondam, no mínimo aos rendimentos normais e se garanta a qualidade da água tratada final e a lançar no meio ambiente nos termos e parâmetros definidos no Decreto-Lei n.º 152/97, 19 de Junho (alterado por Decretos-Lei n.º 348/98, 261/99, 172/2001, 149/2004, 198/2008, 133/2015), no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, ou outros que os possam alterar ou substituir e/ou nas licenças de descarga das ETAR'S respectivas.

4.2 – Efectuar controlo permanente da qualidade das águas residuais, ao nível de parâmetros expeditos e executar as análises de águas residuais tratadas e a rejeitar para o meio ambiente, obrigatórias a qualquer momento por lei, actualmente nos termos e parâmetros definidos no Decreto-Lei n.º 152/97, 19 de Junho (alterado por Decretos-Lei n.º 348/98, 261/99, 172/2001, 149/2004, 198/2008, 133/2015) e nas licenças de descarga das ETAR'S respectivas, ou de outros termos e parâmetros que venham a ser obrigatórios legalmente, no período de vigência do contrato.

4.3 – Manter o funcionamento permanente de todos os órgãos associados aos Sistemas de Tratamento e Elevação de Águas Residuais do Município de Vimioso e a interligação perfeita e harmoniosa entre eles.

4.4 – Manter o funcionamento permanente de todas as adutoras, tanto condutas elevatórias como coletores gravíticos, associadas aos Sistemas de Tratamento ou Elevação de Águas Residuais do Município de Vimioso, procedendo às reparações necessárias a quando de eventuais avarias, bem como eventuais adutoras que venham a ser criados no período de vigência do contrato.





**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

---

4.5 – Manter o funcionamento permanente de todas as Estações Elevatórias de Águas Residuais existentes, Sistemas de Tratamento ou Elevação de Águas Residuais do Município de Vimioso, tendo sempre a preocupação de controlar os caudais de águas residuais de forma a garantir a elevação de todas as águas residuais a elas afluentes e evitar descarga de águas residuais pelos descarregadores de emergência.

4.6 – Manter em funcionamento permanente todas as Estações de Tratamento de Águas Residuais, Estações Elevatórias, e demais elementos a eles associados de forma a garantir a melhor qualidade da água possível e sempre dentro dos parâmetros definidos legalmente.

4.7 – Efectuar todos os trabalhos de manutenção e conservação necessários ao perfeito estado dos elementos de construção civil das diversas instalações consideradas no Anexo Técnico, ou aí omissas, mas que façam parte integrante dos diversos sistemas.

4.8 – Efectuar a manutenção, conservação e reparação adequadas dos equipamentos eléctricos, mecânicos e electromecânicos das diversas instalações ou sistemas considerados no Anexo Técnico, ou aí omissos, mas que façam parte integrante dos diversos sistemas ou outros que no período de vigência do contrato venham a ser instalados.

4.9 – Todos os encargos com a realização do controlo analítico que a cada momento seja exigido legalmente, nomeadamente, recolha de amostras, seu transporte, análises de controlo da qualidade das águas residuais a lançar no meio ambiente (definidos no Decreto-Lei n.º 152/97, 19 de Junho (alterado por Decretos-Lei n.º 348/98, 261/99, 172/2001, 149/2004, 198/2008, 133/2015), no D.L. 236/2008 de 1 de Agosto, ou outros que os possam vir a substituir e/ou nas licenças de descarga das ETAR'S respectivas).

4.10 – Adquirir todos os materiais, produtos e serviços necessários à condução manutenção e conservação das instalações, incluindo o pagamento dos produtos químicos de tratamento, Telefone, Água, Esgotos e outros, excluindo-



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
CÂMARA MUNICIPAL

---

se apenas os custos de energia cujo pagamento será da responsabilidade da entidade adjudicante e eventuais melhorias que seja necessário fazer.

4.11 – Registrar e analisar as características dos parâmetros que definem os processos de tratamento dos diversos sistemas, para controlo e afinação de funcionamento dos órgãos e/ou equipamentos de tratamento.

4.12 – Manter em perfeito estado de limpeza e pintura todas as instalações das captações, ETAR's, EE e adutoras incluindo demais órgãos a elas associadas.

4.13 – Manter em bom estado de conservação todos os elementos, dos edifícios de apoio à exploração, suas redes de abastecimento de água, esgotos e de energia eléctrica e quaisquer outros existentes no interior das instalações ou sistemas incluídos no contrato.

4.14 – Fornecer à entidade adjudicante ou a quem ele indicar as informações, dados e estatísticas referentes ao funcionamento das instalações, à sua manutenção e conservação, com periodicidade que será, pelo menos, mensal, e cujo relatório deve obrigatoriamente incluir a listagem de todas as análises de água efectuadas bem como os respectivos resultados.

4.15 – Fornecer os dados estatísticos e de controlo analítico das Águas Residuais ou outros que sejam obrigatórios por força da lei, em nome do Município de Vimioso, às entidades que seja necessário, nomeadamente à ERSAR, CCDR, APA, ARH, etc...

4.16 - Proceder aos licenciamentos ou pedidos de renovação das licenças de descarga de águas residuais que sejam necessárias ou venham a caducar no período de vigência do contrato, na plataforma *Siliamb* ou outra que eventualmente a substitua.

4.17 – Manter em perfeito estado todas as instalações de controlo, informação e automatismo dos sistemas.

4.18 – Propor sistemas de exploração e/ou tratamento novos e mais adequados quando os existentes se mostrem deficientes para garantir a qualidade da água nos parâmetros exigíveis.



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

---

4.19 – Acompanhar visitas ou inspecções de fiscalização de elementos do Município de Vimioso, ou outras entidades oficiais, bem como prestar os esclarecimentos por elas solicitadas.

4.20 – O fornecimento de todos os materiais, ferramentas de trabalho necessários à exploração das diversas instalações, sistemas ou órgãos acessórios.

4.21 – Todos os encargos financeiros, administrativos e similares, tais como seguros de responsabilidade civil, seguros de acidentes de trabalho, despesas com saúde e segurança no trabalho.

4.22 – A aquisição ou aluguer de todos os veículos necessários à deslocação do pessoal entre as diversas instalações, bem como os de transporte de produtos de tratamento e transporte de resíduos sólidos a local de deposição legal.

4.23 – Manter um espaço aberto ao público, na sede de concelho, durante o horário normal de trabalho do Município de Vimioso, que possa acolher os serviços administrativos e permita o armazenamento de equipamentos, ferramentas e consumíveis.

4.24 – Manter em bom funcionamento, ou reparar em caso de avaria todas as condutas elevatórias, gravíticas ou outras afectas aos sistemas ou instalações, tudo o que vai desde a última caixa de inspeção dos coletores de esgotos até às bocas de saída ou descarga das ETAR's respectivas e ainda as instalações internas de água, esgotos, telefones e outras, bem como respectivos órgãos acessórios.

4.25 – Proceder à regulação da água residual bruta à entrada das diversas instalações de forma a garantir o seu perfeito e normal encaminhamento ao destino final.

4.26 – Todas as despesas com pessoal a afectar total ou parcialmente à exploração em causa, bem como todos os encargos com pessoal eventual que venha a ser necessário para a execução das tarefas propostas.



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

---

4.27 – Estabelecer registos de funcionamento dos diversos equipamentos, quer normais quer de inspecções periódicas e criar ficheiros de dados dos diversos equipamentos.

4.28 – Comunicar, à entidade adjudicante, anomalias que possam afectar o funcionamento normal das diversas componentes dos sistemas.

### **Artigo 5º - Rendimentos de tratamento**

5.1 – Garantir a qualidade das Águas Residuais Tratadas a rejeitar para o meio ambiente, que deverá estar em conformidade com a legislação vigente, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de Junho (alterado por Decretos-Lei n.º 348/98, 261/99, 172/2001, 149/2004, 198/2008, 133/2015), no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, ou outros que os possam vir a substituir, ou outra que a venha alterar, complementar ou substituir na vigência do contrato e/ou nas licenças de descarga das ETAR'S respectivas.

5.2 – A realização das análises estipuladas no Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de Junho (alterado por Decretos-Lei n.º 348/98, 261/99, 172/2001, 149/2004, 198/2008, 133/2015), no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, ou outros que os possam vir a substituir e/ou nas licenças de descarga das ETAR'S respectivas, nos diversos sistemas de tratamento de águas residuais objecto deste concurso, será da responsabilidade do adjudicatário.

5.3 – A realização de análises de despistagem nas redes de drenagem ou outros locais, a fim de detectar eventuais pontos de contaminação que estejam a afectar o processo de tratamento.

5.4 – Todas as instalações ou sistemas devem estar a funcionar de forma a garantir tratamento das águas residuais na qualidade exigível 24 horas por dia a todos os aglomerados do concelho.



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
CÂMARA MUNICIPAL

---

## Artigo 6º - Continuidade/Interrupções de prestação de Serviço

6.1 – Os sistemas de exploração terão um regime de laboração contínua em qualquer das instalações objecto do presente concurso, podendo apenas ser interrompido quando houver necessidade de executar trabalhos de ampliação, conservação, reparação ou manutenção das instalações.

6.2 – Para efeitos do referido no ponto anterior, o adjudicatário avisará a entidade adjudicante, com a antecedência mínima que as circunstâncias o justificarem, de eventuais paragens a fazer em qualquer das instalações (para paragens programadas, a antecedência da comunicação nunca poderá ser inferior a 3 dias), da necessidade de quaisquer trabalhos a fazer nas instalações, da sua natureza, do prazo previsto para a sua execução e da eventual interrupção ou significativa redução do sistema de tratamento, a fim de que possa ser acordado o período em que os referidos trabalhos serão realizados e tomadas as medidas que se mostrem necessárias.

6.3 – Considera-se haver **interrupção de um sistema** se ocorrer um período de mais de oito horas consecutivas sem tratamento de águas residuais nesse sistema, por motivo imputável ao adjudicatário.

6.4 – Não serão consideradas como interrupções, para efeito do estipulado no ponto anterior, as resultantes de avaria nas instalações devido a caso de força maior ou a ato de terceiro que não possa ser directa ou indirectamente imputado ao adjudicatário.

## Artigo 7º - Equipa de exploração

7.1 – A equipa de exploração deverá ser constituída, no mínimo, pelos seguintes elementos:



**MUNICÍPIO DE VIMIOSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

---

- A tempo inteiro

1 chefe de equipa, licenciado, com pelo menos 2 anos de experiência em serviços de gestão e manutenção de sistemas de saneamento e águas residuais

1 Eletromecânico

4 Operadores

- A tempo parcial

1 técnico para coordenar a atividade geral, licenciado, com pelo menos 5 anos de experiência em serviços de gestão e manutenção de sistemas de saneamento e águas residuais. Exige-se a sua presença mensal nas instalações do município para reunião com entidade adjudicante e sempre que a sua presença seja solicitada;

- 1 técnico a tempo parcial para coordenar a segurança, higiene e saúde no trabalho;

- 1 técnico a tempo parcial para efetuar a recolha de amostras de águas residuais para análise.

7.2 – A equipa deverá garantir a exploração contínua dos serviços, devendo existir pessoal suficiente para assegurar a cobertura de folgas legais, períodos de férias e períodos de descanso semanal.

7.3 - A equipa deverá garantir disponibilidade permanente para acorrer a eventuais situações de emergência.

7.4 – Na fase de execução do contrato, caso seja necessário proceder à substituição de algum elemento da equipa de exploração, esta está sujeita a aprovação da entidade adjudicante, para efeito de verificação do cumprimento das exigências previstas no ponto 7.1.



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
CÂMARA MUNICIPAL

---

## Artigo 8º - Meios de Exploração/Recursos materiais e equipamento

8.1 – Manter um espaço aberto ao público, na sede de concelho, durante o horário normal de trabalho do Município de Vimioso, que possa acolher os serviços administrativos e permita o armazenamento de equipamentos, ferramentas e consumíveis.

8.2 – O concorrente deverá dispor de veículos apropriados para transporte de pessoal, reagentes e outros necessários à prestação do serviço, considerando-se como referência 3 viaturas ligeiras para deslocação do pessoal e materiais, para e entre as diversas instalações, e uma viatura ligeira, de tração integral, para aceder a infraestruturas onde as restantes viaturas não acedam, caso de muitas adutoras que passam no monte longe de estradas pavimentadas.

8.3 – O adjudicatário deverá dispor de todos os recursos materiais e equipamentos necessários, para além dos atrás referidos, para a correta exploração dos sistemas a concurso, nomeadamente a nível de escritório, informática, ferramentas, peças suplentes e demais acessórios.

8.4 – O adjudicatário obriga-se a manter nas instalações todos os recursos materiais e equipamentos indicados na sua **proposta técnica**.

8.5 – Serão da conta do adjudicatário todos os fornecimentos necessários à manutenção e conservação das instalações em perfeito estado de funcionamento.

## Artigo 9º - Controlo analítico

9.1 – Os objetivos do controlo analítico são, pelo menos, os seguintes:

a) Verificação, com a periodicidade mínima legal, da qualidade das águas residuais tratadas e a rejeitar para o meio ambiente e comparação com a água à entrada das ETAR's, para os parâmetros previstos nos termos do Decreto-Lei n.º 152/97, 19 de Junho (alterado por Decretos-Lei n.º 348/98, 261/99,



**MUNICÍPIO DE VIMIOSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

---

172/2001, 149/2004, 198/2008, 133/2015), no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, ou outros que os possam substituir ou alterar, e nas licenças de descarga de cada ETAR;

b) Avaliação das condições de funcionamento dos diversos processos unitários de todos os sistemas e instalações de Tratamento de Águas Residuais do Município de Vimioso.

9.3 – A entidade adjudicante reserva-se o direito de fixar um programa de controlo analítico diferente do apresentado pelo adjudicatário, se este for insuficiente para garantir as obrigações legais mínimas na matéria.

### **Artigo 10º - Análises de controlo**

10.1 – A entidade adjudicante, ou qualquer entidade autorizada por esta, poderá fazer os ensaios e análises que julgue necessários para verificar o cumprimento das condições estabelecidas ou para estudar as possibilidades de melhorar o rendimento ou o funcionamento das instalações.

10.2 – Em caso de discrepância entre os resultados de análises feitas pelo adjudicatário e as obtidas pela entidade adjudicante, serão feitas novas análises em laboratório oficial. Os custos destas análises de arbitragem serão suportados pela parte que se verificar não ter razão.

### **Artigo 11º - Lamas e outros Resíduos**

11.1 – Para todas as instalações consideradas, o destino final das lamas e outros resíduos terá sempre que cumprir a legislação em vigor, sendo os encargos daí resultantes da responsabilidade do adjudicatário.

11.2 – O adjudicatário será responsável por manter estes produtos convenientemente acondicionados e/ou em condições higiénicas ambientais





**MUNICÍPIO DE VIMIOSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

---

adequadas a um transporte seguro, sem cheiros e sem derrames, ao longo do percurso para destino final.

**Artigo 12º - Tarefas/Rotinas mínimas a efectuar**

12.1 – Cada ETAR clássica deve ter, no mínimo, 2 visitas diárias, com tempo de permanência mínima de 1 hora na primeira visita.

12.2 - Cada ETAR compacta deve ter, no mínimo, 2 visitas semanais com tempo de permanência necessário para efetuar as rotinas e demais tarefas.

12.3 - Cada Estação Elevatória deve ter, no mínimo, 2 visitas semanais com tempo de permanência necessário para efetuar as rotinas e demais tarefas.

12.4 – Toda e qualquer instalação tem que ser objecto de intervenção sempre que necessário, nomeadamente visitas em períodos de chuvas intensas para limpeza das obras de entrada de forma a evitar derrame de águas residuais não tratadas.

12.5 - Inspeção mensal de todas os colectores ou condutas, sejam elas elevatórias ou gravíticas.

**Artigo 13º - Relatórios de exploração**

13.1 – O adjudicatário obriga-se a apresentar à entidade adjudicante, durante o período de exploração, os seguintes relatórios:

- a) Um relatório mensal com indicação das principais ocorrências, dos resultados do controlo analítico, dos registos de exploração dos caudais que afluem às ETAR,s das atividades mais relevantes desenvolvidas nesse período, dos elementos relativos aos reagentes e demais elementos que o adjudicatário considere relevantes;
- b) Um relatório anual, com o resumo da situação do ano transato;



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

---

- c) No início de cada ano do contrato em vigor deve ser elaborado um plano de reparação e manutenção das instalações onde se prevê fazer intervenções. Este deve ser submetido para aprovação do município;
- d) Outros relatórios, relacionados com a aquisição de serviços, que a entidade adjudicante considere pertinentes.

13.3 – No caso de se verificarem divergências a sanar ou correcções a efectuar nos relatórios de exploração, o processo originado pelas mesmas deverá estar concluído 15 (quinze) dias após a data do parecer de apreciação pela entidade adjudicante, valendo, em último caso, as determinações deste último.

### **Artigo 14º - Fiscalização**

14.1 – O exato e pontual cumprimento de todas as cláusulas do contrato será fiscalizado pela entidade adjudicante, por quem ela designar para o efeito, que fiscalizará também o equipamento, processos de funcionamento, materiais e, de um modo geral, todos os produtos e serviços necessários à exploração das instalações.

14.2 – Outras entidades oficiais com competências legais para o efeito podem também fiscalizar os serviços prestados e a forma como o estão a ser, no âmbito das suas competências.

### **Artigo 15º - Materiais, reposições e fornecimentos**

#### **15.1 – Armazenamentos**

O adjudicatário obriga-se a manter em instalações próprias ou alugadas um ou mais armazéns com todos os materiais, peças de reposição, ferramentas e materiais de consumo de exploração e manutenção, necessárias ao funcionamento normal das instalações e a reparações necessárias.

#### **15.2 – Despesa de aquisição**



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

---

Serão da conta do adjudicatário todos os fornecimentos de produtos e consumíveis necessários à manutenção e conservação das instalações em condições de perfeito funcionamento, incluindo reagentes, telefone, e ainda peças e eventual de substituição dos equipamentos existentes.

**Artigo 16º - Transição da prestação de serviços**

16.1 –A empresa adjudicatária fica obrigada a prestar o apoio necessário ao Município de Vimioso e a entidade contratada para a continuidade da prestação de serviço, sobretudo no último mês do contrato, de forma a garantir uma transição de prestação de serviços adequada.

Vimioso, setembro de 2023  
O Presidente da Câmara Municipal

---

(António Jorge Fidalgo Martins)